



Sobreposições cartográficas a partir de Élisée Reclus e Alfred Agache sobre o Rio de Janeiro: aspectos de sua história urbana ambiental.

Superposiciones cartográficas basadas en los trabajos de Élisée Reclus y Alfred Agache sobre Río de Janeiro: aspectos de su historia urbana y ambiental.

E4_01 - Rastros/Traços: metodologias para estudar o urbano no Antropoceno.

Daniel Deminice

Universidade Federal do Paraná, Brasil
ddeminice@gmail.com

Resumo: A vida contemporânea, cada vez mais, tem se dado em cidades, o que não significa dizer que a humanidade tenha deixado de habitar a natureza, ao contrário, os fenômenos de urbanização, desde o século XIX, estão entre os principais fatores da crise socioambiental contemporânea, sendo fundamental refletir sobre a relação entre cidade e natureza de uma forma global. Nesse sentido, esta comunicação apresenta um recorte da pesquisa de pós-doutorado: *As cartografias de Élisée Reclus e Alfred Agache sobre o Rio de Janeiro: aspectos de sua história urbana ambiental*. Nela, através de abordagens cartográficas (SIG Histórico e cartografia crítica), procurou-se analisar a história urbana ambiental do Rio de Janeiro, essencialmente, através de três intersecções: i) geografia; ii) urbanismo; iii) ecologia. Assim, o artigo sobrepôs às cartografias: a) do Plano Agache, presentes no *Congresso Internacional de Urbanismo nas Colônias e Países de Latitude Intertropical* de 1931; b) do capítulo de Elisée Reclus sobre o Rio de Janeiro para o atlas *Nouvelle Géographie Universelle*; c) dos ecossistemas, bacias hidrográficas e a mancha urbana, e; por fim: d) do *Atlas do Chão* sobre o Rio de Janeiro, particularmente, as cartografias feitas na Maré. Por meio de múltiplas escalas, portanto, o artigo propõe a criação de sobreposições cartográficas, urbanísticas, historiográficas e ecológicas, na forma de montagens, como um recurso de investigação da história urbana ambiental da cidade. Do ponto de vista teórico, é importante citar Dipesh Chakrabarty (2020) e seu recorte da modernidade entre movimentos antagônicos de destruição e preservação da natureza. Também se fez uso do conceito de metabolismo a partir de John Bellamy Foster (2005). Por fim, o artigo traz contribuições a partir dos diálogos na seção *Rastros e Traços: metodologias para estudar o urbano no Antropoceno*.

Palavras-chave: História Urbana Ambiental: Rio de Janeiro: Geografia; Urbanismo: Ecologias.

Resumen: La vida contemporánea se desarrolla cada vez más en las ciudades, lo que no significa que la humanidad haya dejado de habitar la naturaleza. Por el contrario, los fenómenos de urbanización, desde el siglo XIX, han estado entre los principales factores de la crisis socioambiental contemporánea, lo que hace fundamental reflexionar sobre la relación entre la ciudad y la naturaleza de forma global. En este sentido, esta comunicación presenta una sección de la investigación postdoctoral: Las cartografías de Élisée Reclus y Alfred Agache sobre Río de Janeiro: aspectos de su historia ambiental urbana. En ella, a través de métodos cartográficos (SIG histórico y cartografía crítica), el objetivo fue analizar la historia ambiental urbana de Río de Janeiro, esencialmente a través de tres intersecciones: i) geografía; ii) urbanismo; iii) ecología. Así, el artículo superpone las cartografías de: a) el Plan Agache, presentado en el Congreso Internacional de Urbanismo en las Colonias y Países de Latitud Intertropical de 1931; b) el capítulo de Élisée Reclus sobre Río de Janeiro para el atlas Nouvelle Géographie Universelle; c) de ecosistemas, cuencas hidrográficas y la expansión urbana; y finalmente: d) del Atlas del Suelo sobre Río de Janeiro, en particular las cartografías realizadas en Maré. Así, a través de múltiples escalas, el artículo propone la creación de superposiciones cartográficas, urbanísticas, historiográficas y ecológicas, en forma de montajes, como un recurso para investigar la historia ambiental urbana de la ciudad. Desde un punto de vista teórico, es importante citar a Dipesh Chakrabarty (2020) y su retrato de la modernidad entre movimientos antagónicos de destrucción y preservación de la naturaleza. También se utilizó el concepto de metabolismo, basado en John Bellamy Foster (2005). Finalmente, el artículo contribuye a partir de los diálogos en la sección Huellas y Rastros: metodologías para estudiar lo urbano en el Antropoceno.

Palabras-clave: Historia urbana y ambiental: Río de Janeiro: Geografía; Planificación urbana: Ecologías.

Introdução

Este artigo apresenta aspectos da História Urbana Ambiental do Rio de Janeiro através de sobreposições cartográficas sobre a cidade e o seu meio ambiente desde o início do século XX. A intenção foi realizar uma reflexão sobre a história da cidade e o seu entorno lançando mão dessas sobreposições entre fontes cartográficas, urbanísticas, historiográficas e ecológicas, almejando explicitar os ecossistemas que a cidade sobrepôs, transformou ou destruiu. Para construir essa intersecção foi importante a construção de um SIG Histórico, com o georreferenciamento das cartografias e, posteriormente, sobreposição por outras camadas de dados geográficos, urbanos e ecológicos, criando os mapas na forma de montagens (JACQUES: 2018) que irão guiar o texto do artigo.

A escolha por estudar aspectos da História Urbana Ambiental do Rio de Janeiro é apenas um recorte na escala planetária dos impactos da globalização capitalista. Sendo importante não perder de vista que o Plano Agache esteve no *Congresso internacional de urbanismo nas colônias e nos países de latitude intertropical* de 1931¹. Assim, o Rio de Janeiro compõe um conjunto de mais de quarenta cidades da Ásia, África e América Latina (Figura 2) discutidas no *Congresso*, que foram conectadas durante a modernidade pelas infraestruturas do imperialismo, segundo Itohan Osayimwese (2017), numa via de mão dupla entre influências culturais, deixando às cidades coloniais um legado de violência e degradação. John Bellamy Foster (1999), a partir da História Ambiental, situa tais cidades como nódulos de uma rede global de cultivos e extrativismos que possuíam o único objetivo de gerar lucro aos capitalistas desde o mercantilismo. No tempo das missões urbanísticas, durante o início do século XX, Josianne F. Cerasoli (2024) ressalta tais implicações entre espaço e imperialismo a partir das histórias coloniais, ou seja, o urbanismo também como uma linguagem de reforço de hierarquias e sujeições.

Desde um recorte de longa duração (BRAUDEL, 2014), seria possível pensar tais propostas de intervenção no espaço urbano, “a construir e imaginar” (CERASOLI: 2024: p. 58), como a extensão do urbanismo ao mundo colonial e intertropical, mais uma oportunidade de negócios, ampliando a rede global, neste início do século XX, a partir das cidades. Ou seja, novos capítulos das histórias coloniais ligadas à escravização, metais preciosos, especiarias, açúcar, algodão, tabaco, café, além de uma infinidade de mercadorias, cuja produção e comércio geraram a progressiva degradação ambiental de paisagens intertropicais, sedimentando a rede global de cultivos e extrativismos capitalistas desde o mercantilismo (FOSTER: 1999). Portanto, o que será mostrado a respeito do Rio de Janeiro pode ser imaginado para as outras cidades de latitudes intertropicais que integraram a rede global junto de suas hinterlândias situadas em diferentes biomas do planeta.

Para situar a pesquisa do ponto de vista teórico dentro da História Ambiental, cito o historiador Dipesh Chakrabarty (2020), em *O Planeta, uma categoria humanista emergente*, em que ele utiliza duas imagens sobre movimentos antagônicos de destruição e preservação da natureza em suas múltiplas escalas (Figura 1). Isto é, o *Atlas de Mercator*, elaborado em 1569 - projeção

¹ generosamente cedida pela pesquisadora Josianne Cerasoli, ver ROYER, Jean. *L'Urbanisme aux Colonies et dans les Pays Tropicaux*. Tomo I. Fortin, Imprimeur, A. Neyers. 1932. As missões urbanísticas integraram a Exposição Internacional Colonial de Paris de 1931 e o debate sobre urbanismo aconteceu semanas depois, CERASOLI, Josianne F. **Escalas no plural: cruzamentos entre história, política e cidade**. Tese de livre docência. Área de história da arquitetura e urbanismo. DH/IFCH, 2024.

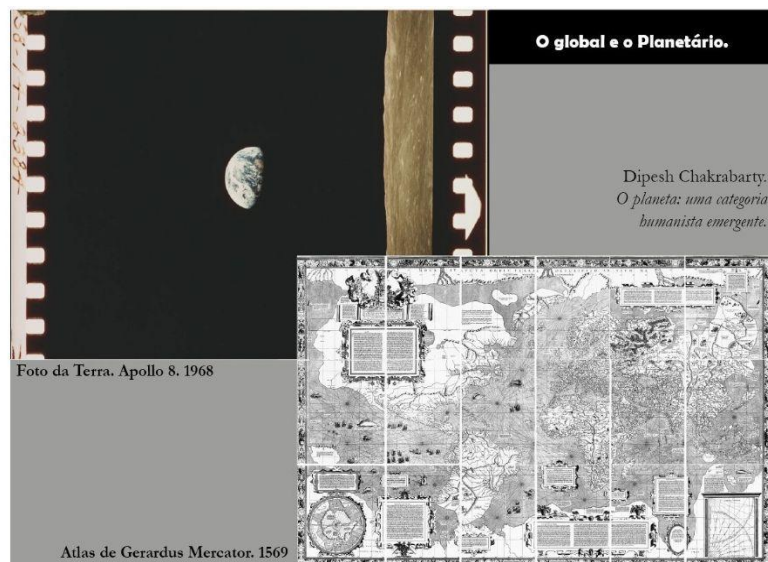


Figura 1: proposta de abordagem. Fonte: DEMINICE, 2025.

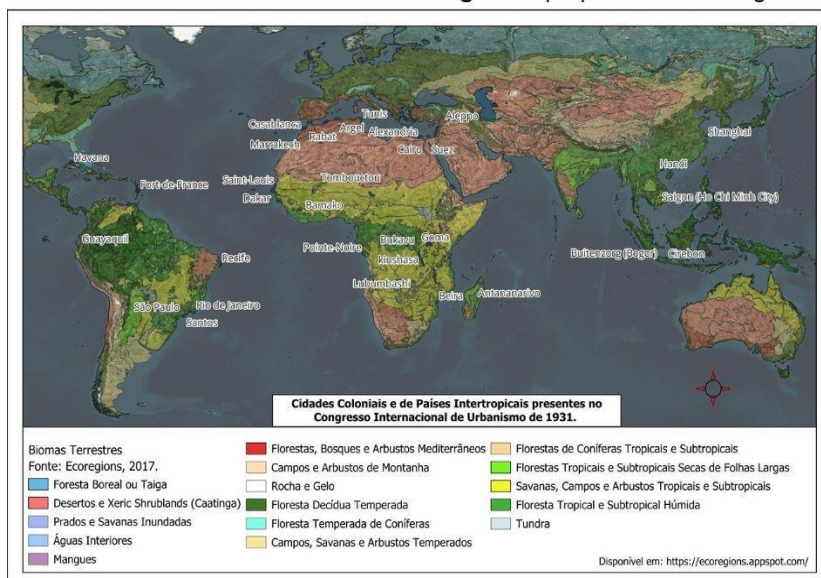


Figura 2: Cidades e Biomas. Fonte: DEMINICE, 2025.

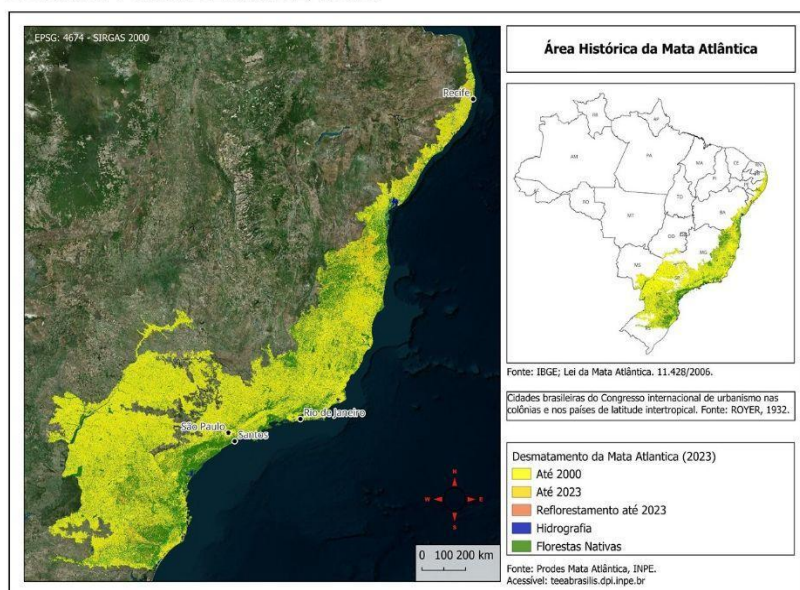


Figura 3: Cidades Brasileiras e Mata Atlântica. Fonte: DEMINICE, 2025.

cartográfica muito utilizada pelas cartas náuticas - marcou o início do processo de globalização na forma da expansão dos Estados Modernos Coloniais, cujo ponto de chegada seria a extinção da multiplicidade de espécies que constituíram o planeta em milhares de anos. Por outro lado, as primeiras fotografias da terra tiradas do espaço, durante a Guerra Fria, marcaram o início da emergência da questão planetária, ou daquilo que os cientistas de diferentes campos do saber denominam como Ciência do Sistema Terrestre (CST), cuja interconexão complexa e multiespécie do planeta permitiu a sua própria condição de existência.

As cidades brasileiras presentes no *Congresso internacional de urbanismo nas colônias e nos países de latitude intertropical* foram: Rio de Janeiro, Santos e Recife, justamente, entrepostos portuários que, ao final do século XIX, movimentaram a maior quantidade de comércio brasileiro. Todas situam-se na Floresta Ombrófila Densa, com ecossistemas muito semelhantes e que pertencem ao Domínio da Mata Atlântica, bioma que deu suporte à formação das principais cidades brasileiras. Pode-se dizer, a partir da referência do historiador Warren Dean (1996), em *A ferro e fogo*, que a colonização deu início aos processos agrícolas e extrativistas que levaram à quase destruição integral das florestas deste bioma (Figura 3). Ao voltarmos no tempo, seria possível identificar todos os territórios do bioma que integraram de diferentes formas a rede internacional de comércio capitalista.

Por fim, essa abordagem também se apoia na cartografia crítica e histórica. Ou seja, segundo Henri Ascelrad (2008), os Estados Modernos, com os seus projetos políticos, foram as grandes oficinas cartográficas do mundo. Porém, tais mapas nacionais ou imperiais não foram as únicas cartografias produzidas durante a modernidade. Cartografar é um modo de pensar, imaginar e conceber o espaço, algo intrínseco a todos os povos e culturas. Grosso modo, apesar dos limites do dualismo, seria possível, a partir da divisão proposta por André L. Mesquita (2013), situar as fontes cartográficas deste artigo entre: i) mapas dominantes - como àqueles expostos no *Congresso internacional de urbanismo nas colônias e nos países de latitude intertropical* de 1931; e, ii) mapas dissidentes - como a cartografia elaborada pelos geógrafos do projeto *Nouvelle Géographie Universelle*, as camadas de dados sobre ecologia e as cartografias do *Atlas do Chão*. Ainda que, de fato, os projetos cartográficos possuam projetos políticos antagônicos, o mais interessante é pensar as cidades e seus territórios por sobreposições, em múltiplas escalas, como uma ferramenta de leitura do urbano, como proposto na sessão *Rastros/Traços: metodologias para estudar o urbano no antropoceno*.

Élisée Reclus e a bacia tributária à Baía de Guanabara.

Em seu capítulo sobre o Rio de Janeiro para o atlas *Nouvelle Géographie Universelle*,² Élisée Reclus utiliza um mapa, elaborado pelo cartógrafo Charles Perron,³ cuja escala abrange toda a bacia hidrográfica que alimenta a Baía de Guanabara com o título: “*O Rio de Janeiro e os seus arrabaldes*”, datado de 1900 (Figura 4). Nele, os elementos cartografados em destaque são rios, estradas, vilas, freguesias, mancha urbana, topografias, profundidades marítimas e denominações de serras, ilhas, lagoas, baías e enseadas. Na sua análise deste território, Reclus articula descrições de geografia física, história da ocupação territorial, demografia e etnografia, baseando-se nas

² O volume sobre o Brasil foi traduzido por Ramiz Galvão, ver RECLUS, E. Estados Unidos do Brasil. Geographia, Ethnographia, Estatistica. Garnier: Rio de Janeiro, 1900.

³ A *Nouvelle Géographie Universelle* foi um atlas colaborativo entre os geógrafos internacionalistas em torno de Reclus, contratado e editado pela Hachette para compor o atlas durante seu exílio após a condenação por ter atuado na Comuna de Paris, em 1871. Ver FERRETI, F. “Eles têm o direito de expulsar-nos”: a Nova Geografia Universal de Élisée Reclus. Espaço e Economia [online~], 3/2013. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/513>.

referências de viajantes naturalistas, historiadores e impressões próprias tiradas durante sua estadia na cidade.

Esta é a tônica da sua enciclopédia geográfica para todo planeta, em que menos de um terço do atlas é dedicado à geografia da Europa. Diferente de Alfred Agache, Elisée Reclus escreve sobre os processos de degradação ambiental causados pela colonização, particularmente, pelo cultivo do açúcar, com a suplantação de florestas pelos canaviais, e, principalmente, pelo ciclo cafeeiro, que ultrapassa a Serra dos Órgãos em direção ao Vale do Paraíba. A constituição dos povoados, posses e fazendas no entorno da Baía de Guanabara associavam-se à produção agrícola desde a colonização, com a presença de engenhos, armações, empórios, vilas e freguesias, que estruturaram um território agrícola e extrativista ligado ao porto internacional. A princípio, a própria bacia hidrográfica registrada no mapa foi utilizada como as vias e os caminhos do desmatamento, dando suporte a navegação para extração de madeira, açúcar e outros produtos comercializados na cidade e no porto.

Reclus possuía um olhar “proto-ecológico” sobre o mundo, refletindo em suas análises sobre as relações entre sociedade e natureza no espaço e no tempo, sempre a partir de um ponto de vista dialético, contrário ao enfoque determinista mais comum no final do século XIX. Em *A Terra*, obra de 1869, Reclus descreve o planeta como um ambiente dinâmico, em constante movimento e mutação, ao qual a existência humana se vincula. Já em *A história de um rio*, escrito na forma de diálogos, o geógrafo analisa as diferentes paisagens que um rio molda e potencializa desde sua nascente até a foz. A Terra e a sua natureza, portanto, como um único organismo vivo, era, para Reclus, uma escola de humanidade, ou seja, um ambiente onde os seres humanos - parte pensante da natureza - tomam consciência de si nesse imenso organismo. Assim, desta condição humana inerente ao usufruto da natureza origina a responsabilidade do cuidado com os demais seres orgânicos e inorgânicos (ZAAR: 2020). Naquela época, junto ao seu grupo de colaboração, sua geografia disputava o conceito de mesologia - muito utilizado entre engenheiros e urbanistas - definindo-o como uma ciência sobre as influências recíprocas entre seres vivos e seu entorno a partir do princípio de ajuda mútua entre e intra espécies.⁴

Na escala do mapa, *O Rio de Janeiro e os seus arrabaldes*, através da sobreposição por dados sobre vegetações potenciais (INEA: 2010),⁵ torna-se possível imaginar a presença de quatro ecossistemas característicos do bioma (Floresta Ombrófila Densa/Domínio da Mata Atlântica) neste território (Figura 4). As *Florestas de Encosta ou Montanha*, mais preservadas em virtude da declividade e altura, abrigam as nascentes dos rios tributários da Baía de Guanabara. Estas encostas possuem a condição natural dos deslizamentos e queda de árvores por terem o solo pouco profundo e dependente da serrapilheira. Os ecossistemas mais devastados, porém, foram as *Florestas Planas de Terras Baixas*, que ocupavam a maior parte daquele território, sendo o habitat da maior biodiversidade, com a presença de árvores centenárias que não ocupam as encostas. A abertura de fazendas de cana, gado e café, seguido do loteamento das glebas rurais em bairros suburbanos deu a tônica da história do seu desflorestamento. As *Florestas de*

⁴ Esta disputa e projeto também se revela, mais tarde, no livro de Kropotkin de 1902, ver KROPOTKIN, Piotr. *Ajuda Mútua: um fator de evolução*. Ed. A Senhora: São Sebastião, 2009.

⁵ Dados disponíveis em: <https://geoportal.inea.rj.gov.br/>. Acesso dia 16 de dezembro de 2025.

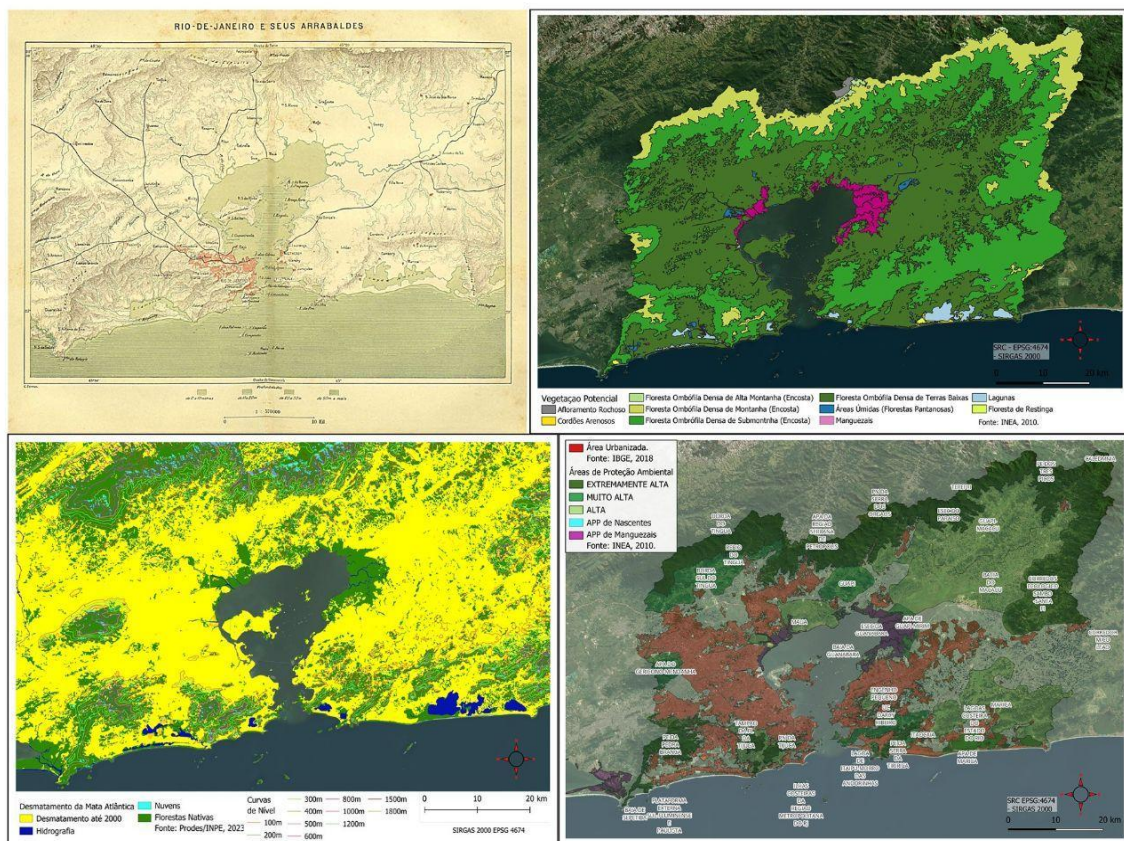


Figura 4: Sobreposições entre mapa histórico, vegetação potencial, desmatamento e áreas consolidadas.

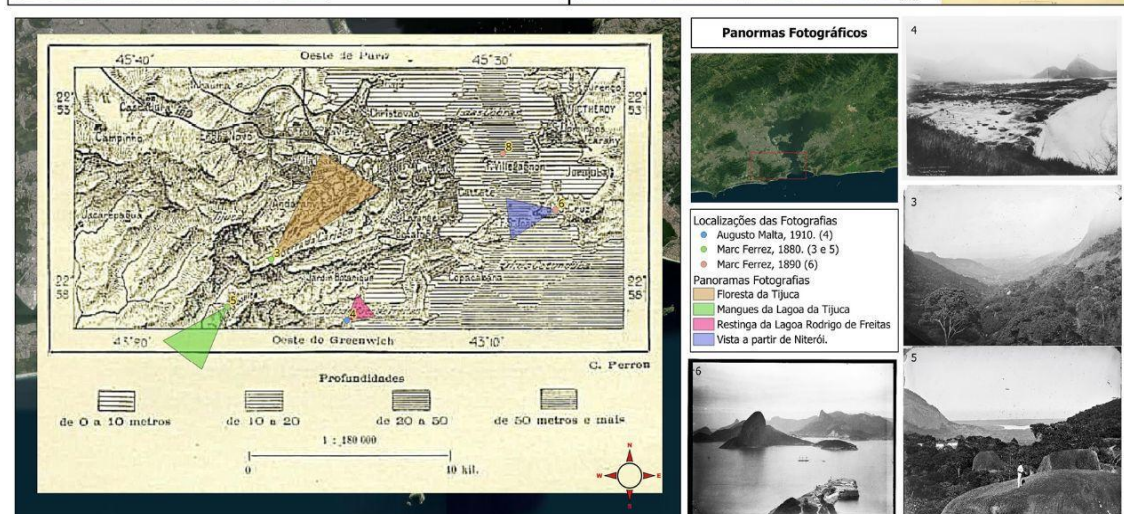
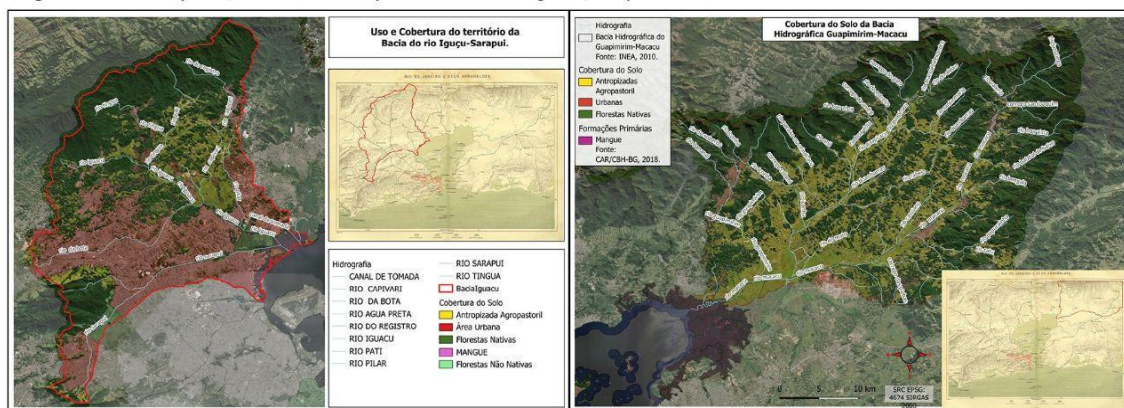


Figura 5: Sobreposições das Bacias do Iguaçu, Guapimirim e panoramas fotográficos

Restingas de solo arenoso, próximas às praias e lagoas fluviais, que se tornaram bairros de luxo, principalmente, na zona sul e oeste da cidade. E, por fim, os *Manguezais*, antigamente presentes na parte interna da Baía de Guanabara, como em Manguinhos e na Maré - aterrados pelas próprias comunidades diante da precariedade e indisponibilidade de espaço urbano - e também no Saco de São Diogo, em São Cristóvão - drenados, desmatados e aterrados em obras do próprio município.

O centro da vida urbana na Baía de Guanabara, segundo Elisée Reclus (1900), eram as duas cidades, Rio de Janeiro e Niterói, uma defronte a outra, formando a “metrópole da República”. Uma de nome indígena, a outra de nome português. Ambas constituindo o mesmo organismo urbano. Diz: “O aspecto do Rio de Janeiro é deslumbrante”, cuja composição de relevo “é um mundo de morros, picos e agulhas”, onde toda a população se reconhece e se localiza pelos elementos da paisagem. É claro, em Reclus, o domínio da natureza sobre a cidade, preponderante na beleza que agrega ao sítio urbano, fundamental para a sua fundação e identidade. A metáfora para o seu desenho urbano é a de “um imenso polvo, cujo corpo seria a cidade primitiva que projeta em vários sentidos os seus tentáculos farpados. De uma extremidade a outra, a distância é tão grande como nas mais vastas metrópoles” (RECLUS, 1900, p. 267). Entre as últimas casas da Gávea, no oceano Atlântico, e o Caju, na Baía de Guanabara, ou entre Cascadura, na zona norte, e Copacabana, próxima à Lagoa Rodrigo de Freitas, as distâncias passavam de trinta quilômetros por caminhos tortuosos (Figura 5).

Do ponto de vista socioambiental da saúde da população carioca, Elisée Reclus considera o Rio de Janeiro um desastre. “Como tantas outras capitais, o Rio de Janeiro devora seus habitantes” (RECLUS: 1900: p. 268), alarmado com a mortalidade da cidade, entre 10 e 15 mil por ano, para uma população de meio milhão de habitantes, o que significava trinta mortes por cada mil habitantes. Todavia, em sua comparação com as cidades europeias, classifica o Rio de Janeiro como de mortalidade média, uma vez que cidades como Nápoles, Florença e Budapeste tinham coeficientes piores. Já existia, além disso, diferenças socioambientais no espaço urbano, visto que a mortalidade era mais alta nos bairros mais baixos, oriundos do constante aterramento de mangues e lagoas, como São Cristóvão e seu entorno, ou mesmo nas imediações da Lagoa Rodrigo de Freitas, ainda não transformada por reformas. Assim, se vê que o fenômeno urbano não está oculto na geografia de Reclus, embora a análise da urbanidade integre a investigação de um contexto maior da paisagem de um território mais amplo.

Do ponto de vista ambiental, portanto, desde de Reclus, em 1900, até o contemporâneo, se viu um território quase completamente transformado, restando apenas remanescentes de Florestas de Encosta, como o Parque da Pedra Branca e a Floresta da Tijuca; alguns manguezais, como em Guapimirim e Sepetiba; as nascentes, em serras preservadas, mas com os trechos planos dos rios muito degradados (Figuras 4 e 5). Enfim, a paisagem legada pela História Urbana Ambiental do Rio de Janeiro na escala do mapa de Elisée Reclus apresenta três grandes áreas consolidadas: a) a mancha urbana; a) áreas de preservação e c) zonas rurais, com pouca permeabilidade entre elas, ainda com muitas áreas de avanço metropolitano, muitas vezes, de modo informal ou criminoso⁶. A ocupação da bacia hidrográfica do rio Iguaçu é um exemplo desse processo histórico, em que o desmatamento para extração madeireira é seguido pela atividade agrícola, até por fim, se ter a chegada da mancha urbana metropolitana com o loteamento de áreas rurais em periferias. Um processo que ocorreu a montante do rio, no sentido contrário ao seu fluxo. Assim, resta preservada as suas nascentes na Serra dos Órgãos, uma *Floresta de Encosta*, mas o seu trecho plano se

⁶ O Grupo de Estudos dos Novos Illegalismo (GENI) apresenta um mapa histórico dos grupos armados no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://geni.uff.br/>. Acesso dia 20 de dezembro de 2025.

encontra todo desmatado por fazendas e bairros suburbanos, antigo espaço de uma *Floresta Plana*. Os manguezais de sua foz, por sua vez, também se encontram mais degradados, desmatados e poluídos, em comparação à APA de Guapimirim no lado oposto (Figura 5).

O princípio da evolução urbana do Plano Agache e o metabolismo do entreposto portuário.

O relatório do urbanista francês Alfred Agache sobre o Rio de Janeiro⁷ é bem maior e possui mais informações sobre história urbana, demografia, economia, profissões, divisões socioespaciais e as características territoriais da cidade. Nota-se que Agache se baseou bastante no censo demográfico brasileiro de 1920, que possui um volume inteiro dedicado à cidade do Rio de Janeiro.⁸ Em sua análise, porém, é central a ideia de que a evolução urbana da cidade significava o contínuo incremento de sua materialidade através de obras. Ou seja, ao contrário de Reclus, não há uma preocupação etnográfica ou, a partir do conceito de mesologia, um cuidado com outros seres orgânicos e inorgânicos. A preocupação sobre a relação entre a cidade e o seu entorno, em Agache, é essencialmente uma atenção às obras de controle e superação da natureza do território e bioma que deu suporte ao Rio de Janeiro.

O desejo do urbanista parece ser a constituição de um território seco e plano para implantar o seu urbanismo contra uma paisagem úmida, encharcada e acidentada. Nas suas pranchas e desenhos, Agache apenas preserva as grandes *Florestas de Encosta ou Montanha*, como todo maciço da Tijuca, o conjunto de morros entre Botafogo e Copacabana, atualmente, áreas de preservação, mas também todo o maciço da Serra da Misericórdia, na Zona Norte, atualmente, permeando o Complexo do Alemão, Engenho da Rainha e Olaria - já bastante degradado e com uma pedreira em seu interior (Figura 6). Para além das *Florestas de Encosta ou Montanha*, o conceito de evolução urbana, presente no Plano Agache, significava drenar pântanos e lagoas; aterrar manguezais; canalizar rios torrenciais em seus trechos planos; asfaltar caminhos, ruas e estradas; desmanchar morros; construir túneis, edifícios e novos bairros. Assim, em seu texto, o urbanista constrói uma cronologia sobre as principais obras de urbanização de todas as gestões da cidade desde a colonização (Figura 6) .

Entretanto, com a grande quantidade de dados do relatório do urbanista foi possível trabalhar com mais um conceito oriundo da História Ambiental trazido por John Bellamy Foster (2005) e expandido ao contexto das cidades através da expressão Metabolismo Urbano (BARLES, 2020). Ou seja, embora não tenha sido possível fazer os cálculos com precisão, os dados indicam um enorme déficit de consumo energético para manter o funcionamento da cidade como um entreposto portuário internacional. O consumo da natureza na forma de mercadorias ultrapassava em muito a sua capacidade produtiva de alimentos, utensílios e vestuários, exigindo um fluxo gigantesco de importação de insumos. Além disso, manter a cidade neste papel de entreposto portuário da dinâmica de comércio internacional capitalista gerou um enorme déficit metabólico na hinterlândia conectada ao Rio de Janeiro, degradando a natureza de territórios imensos onde os produtos exportáveis estavam sendo produzidos em *plantations*.

⁷ AGACHE, A. Cidade do Rio de Janeiro. Extensão, Remodelação, Embelezamento. Foyer Brésilien: Paris.1930.

⁸ Recenseamento do Brasil. População do Rio de Janeiro. Vol. II (1ª parte). Rio de Janeiro: Typ da Estatística, 1923.



Figura 6: Sobreposições entre mapas históricos, fotos, desenhos e pranchas presentes no Plano Agache.

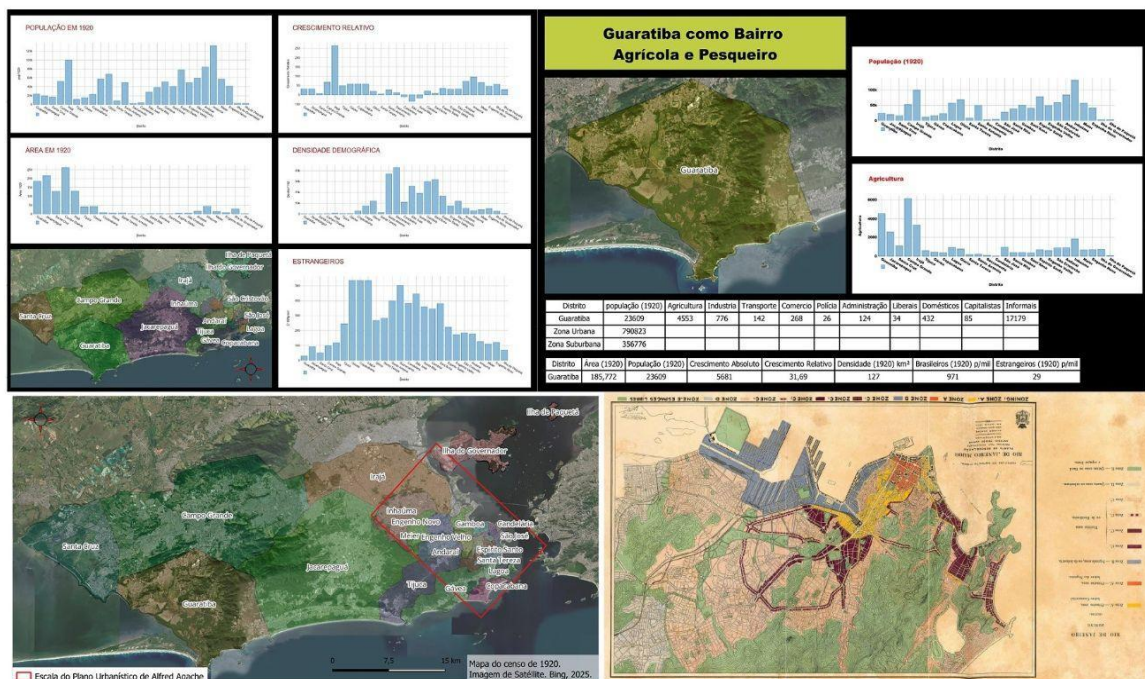


Figura 7: Georreferenciamento dos dados; escala e proposta de zoneamento do Plano Agache

Os dados mostram a robustez do crescimento populacional, do movimento portuário e da atividade industrial na cidade naquele início do século XX. Os gráficos das populações por distritos e do crescimento relativo demonstram que o centro ainda era, no período de Agache, um espaço de habitação heterogênea, cosmopolita e de diferentes classes sociais, ainda que a Zona Norte já se consolidava como espaço operário, fabril e agrícola, mesmo sem a conclusão da descaracterização da Zona Sul como território fabril e operário. Os gráficos sobre áreas e densidades, por exemplo, estão invertidos, o que demonstra o grande desequilíbrio demográfico da ocupação territorial da cidade, revelando a história de injustiças sócio espaciais e ambientais constituídas num solo urbano apropriado por dinâmicas especulativas, fabris, comerciais e agrícolas (Figura 7).

Um traço positivo que os dados revelam sobre um território da cidade com maior equilíbrio, ao menos, sob este ponto de vista do metabolismo urbano, pode ser identificado no então distrito de Guaratiba, entre a Baía de Sepetiba e a encosta da Pedra Branca (Figura 7). Naquele período, Guaratiba revela ser um exemplo particular de composição agrícola e pesqueira na zona rural do Rio de Janeiro, com uma comunidade caiçara secular estruturada, segundo os dados, por mil pequenas propriedades agrícolas e 13 mil hectares de terras cultivadas por mandioca, milho, feijão, arroz, café, além da criação de porcos e gado, destacando-se como o distrito agrícola relativamente mais rico do Rio de Janeiro. As vertentes ocidentais do maciço da Pedra Branca eram ocupadas por pomares, plantações de banana, laranja e outras frutas, sendo o território de moradia de mais de 23 mil pessoas, das quais 4,5 mil eram agricultoras e 17 mil registradas como informais, possivelmente, porque o censo não realizava o registro profissional de pescadores ou ambulantes que abasteciam as inúmeras feiras livres da cidade.

Os manguezais de Guaratiba, em terrenos salinos sob a influência das marés, depois do morro de Grumari, já no limite sudoeste do mapa histórico, próxima a localidade registrada por Charles Perron como N. S. da Saúde, é atualmente a reserva biológica de Guaratiba, na zona leste da Baía de Sepetiba, sendo um exemplo positivo do convívio com ecossistemas historicamente perseguidos ao longo da história urbana ambiental do Rio de Janeiro. A toponímia de origem tupi-guarani, agwa'rá (guará) e tyba (ajuntamento), faz alusão a ave típica dos manguezais do litoral brasileiro, que alimenta-se do caranguejo e compõe o nome de outras baías e estuários da costa atlântica da América do Sul, onde existiam características ecológicas muito parecidas como Guaratuba, Guaraqueçaba e Guaramiranga. Ali, em Guaratiba, constituiu-se uma comunidade tradicional caiçara de egressos da escravização de africanos e indígenas dos ciclos do açúcar e café, que se organizaram em quilombos e comunidades ribeirinhas, subsistindo a partir da pesca na Baía de Sepetiba (JR MORAIS: 2021).⁹

Todo o território agrícola do Rio de Janeiro, porém, não dava conta de suprir minimamente a cidade, enquanto entreposto portuário internacional e região industrial, o que gerava, muitas vezes, a interrupção do abastecimento de alimentos, grave escassez alimentar e a necessidade de importação de gêneros de subsistência, com aumento dos preços de itens básicos de consumo. Esse desequilíbrio também se revelava no desenho demográfico da cidade, em termos gerais, com a seguinte dinâmica urbana territorial: a) próximo ao porto - uma cidade adensada, comercial e fabril; b) distante do porto - baixa densidade, atividades agrícolas, pecuárias e pesqueiras. A escala do planejamento urbanístico de Alfred Agache, entretanto, restringia-se à mancha urbana próxima ao porto, numa típica divisão tripartite entre: i) zona norte fabril e operária; ii) centro comercial e

⁹ JR MORAES, F. J. de. Dos povos sambaquis às sociedades do mangue: o antropoceno como colonialismo. *Sapiens*, v.3, n.2, jul/dez. 2021, pp.79-93

administrativo, iii) zona sul residencial e turística, deixando de fora do plano um imenso território agrícola e natural. Por fim, o crescimento metropolitano subsequente promove o contínuo loteamento dos distritos rurais em subúrbios urbanos, com destaque ao Irajá e Inhaúma, consolidando o avanço da mancha urbana na vertente norte da borda ocidental da Baía de Guanabara, principalmente, sobre as bacias hidrográficas dos rios Pavuna-Meriti e Iguaçu.

Sobre a proposta de zoneamento do Plano, por fim, já estudada pela historiografia sobre a cidade,¹⁰ vale destacar a consolidação da preservação das *Florestas de Encostas*, mais abundantes na Zona Sul. Sua proposta de áreas verdes, florestadas e livres não abrangia *Manguezais*, *Restingas* e grandes *Florestas Planas de Terras Baixas*, historicamente, mais degradadas pela urbanização. Sobre a Zona Norte, enquanto território injustiçado do ponto de vista do planejamento urbano e da história urbana ambiental do Rio de Janeiro, vale um destaque positivo sobre o desenho de um grande espaço contínuo de áreas verdes de lazer, permeando a proposição de um enorme subúrbio jardim operário que, caso tivesse sido implantado, teria se tornado, naquele momento, o maior subúrbio jardim do mundo em termos populacionais. Entretanto, o privilégio das Florestas de Encostas, Picos, Rochedos e Praias, como os principais elementos naturais da paisagem, acaba por esconder a enorme Zona Norte por detrás da Floresta da Tijuca, invisibilizando esta parte pulsante da cidade dos cartões postais produzidos posteriormente.

Do céu ao chão: uma contribuição a partir da sessão Rastros e Traços.

Para Elisée Reclus, os mapas são mais falsos quanto menor a escala ou a maior porção do território que estiver representado, pois estes mapas feitos de cima, em macroescalas, iludem o leitor sobre a dimensão e a realidade das terras representadas (FERRETI: 2013) Diante desse dilema sobre escalas e a multiplicidade de formas de ler, entender, sentir e interferir no espaço, dialeticamente, em busca de uma relação mais saudável entre cidade e natureza, o artigo propõe uma última sobreposição a partir de trocas oriundas da sessão - *Rastros e Traços: metodologias para estudar o urbano no Antropoceno*. Para isso, o texto chama atenção à cartografia feita pelo grupo colaborativo *Atlas do Chão*¹¹ no território da Maré, essencialmente, por dois motivos: i) evidenciar uma ausência legada pela história urbana ambiental do Rio de Janeiro; ii) destacar essa contra cartografia, crítica e poética, junto e a partir das pessoas que habitam e constroem aquele território e paisagem.

Mapear, desta perspectiva cartográfica, além de identificar conexões e processos, também almeja à produção de subjetividades através de um exercício de memória e imaginação. Isto é, ainda que nos quatro pontos cartografados pelo *Atlas do Chão* no território da Maré se evidenciem críticas a situação socioambiental da comunidade, tais cartografias não deixam de expressar uma geopoética, conceito resgatado por David Sperling (2024), na forma de narrar evidências “mais-que-humanas” ou multiespécies, que os mapas históricos geralmente tornam invisíveis. Essa geopoética, portanto, almeja desenvolver relações mais sensíveis com o planeta, além de transitar por saberes oriundos da geografia, literatura, artes, ciências da terra ou dos próprios moradores daquela comunidade. Nesse sentido, ela se interpõe nas sombras deixadas pela cartografia científica ou histórica, sendo também um bom exemplo de métodos eco-políticos, baseados no

¹⁰ PEREIRA, Margareth da S. Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. in: RIBEIRO, L. C. de Q.; PECHMAN, R. Cidade, Povo e Nação. Gênese do urbanismo moderno. 2ª ed. Letra Capital/Observatório da Metrópole. Rio de Janeiro, 2015.

¹¹ Essa sobreposição surgiu de conversas a partir da sessão com a professora da UFRJ, Joana Martins, pesquisadora/autora/integrante do projeto colaborativo *Atlas Chão*. Agradeço a ela pela oportunidade de ler e conhecer as cartografias do *Atlas*. Disponíveis em: <https://www.atlasdochao.org/>. Acesso: 12 de dezembro de 2025.

“rastros-detecção”, como trazido por Laura Kammer no embasamento teórico/metodológico da sessão.

Diante da complexidade das estruturas em palimpsesto da metrópole em torno da Baía de Guanabara, essa sobreposição busca evidenciar uma ausência - os *manguezais* - num território fundamental da cidade, alvo de múltiplas injustiças, humanas e não-humanas. Ou seja, além da clara situação de precariedade e injustiça ambiental imposta a uma população pulsante do Rio de Janeiro. Habitar a metrópole, cada vez mais, a partir de dinâmicas urbanas predatórias do antropoceno, exigiu o aterramento dos manguezais de quase toda parte interna da Baía de Guanabara (Figura 8), extinguindo, além da biodiversidade daquele ecossistema, historicamente perseguido pela urbanização, também as práticas e modos de vida seculares de comunidades ribeirinhas, pesqueiras e caiçaras (CASTRO, 1967).

O primeiro ponto do Atlas que este texto faz alusão é *Refugo*, referência ao chão da Maré de onde brota ecologias sobre o que está à margem. Referência também a memória do aterrado a partir do despejo irregular de lixo e entulho dos caminhões em trânsito na Avenida Brasil ao longo da história de formação do bairro. A palavra *Refugo*, na cartografia do Atlas, portanto, congrega uma geopoética no fazer da comunidade, ainda que evidencie de maneira crítica o despejo de lixo clandestino e resíduos contagiosos no solo e na água da Baía de Guanabara, traço contínuo da história ambiental da metrópole. As dinâmicas urbanas do antropoceno sobrepuseram um ecossistema que caracterizava-se, justamente, por ser solo e água, diariamente, sob efeito das marés, com o manguezal filtrando a baía. Agora, a própria comunidade da Maré, em meio a precariedade e falta de saneamento, filtra o *Refugo*, que se transforma em jardineiras de pneus, tambores e vasos sanitários, requalificando o espaço do bairro, sendo também uma fonte de renda de catadores de recicláveis, numa tentativa cotidiana de diminuir o impacto feral, fúnebre e contagioso dos refugos da metrópole.¹²

O chão do bairro, segundo o ponto *Maré de Musgos*, na cartografia do Atlas, é o legado das camadas de aterramento por lixo e entulho que não foram capazes de secar e drenar, completamente, o antigo manguezal. Logo, o ecossistema ainda se revela na forma de umidade que brota nas calçadas, paredes e vielas, misturando-se com as águas de esgoto, calhas, máquinas de lavar e aparelhos de ar condicionado. O chão da Maré respira e compõe um ambiente rico para os musgos. O antigo mangue de águas rasas e areias banhadas deixou de fornecer uma infinidade de moluscos, ostras, mexilhões, ouriços, caranguejos e peixes, além de ser recoberto pela vegetação de raízes aéreas, elo básico das cadeias alimentares da Baía de Guanabara, para abrigar uma infinidade de espécies de musgos, também típicos da Mata Atlântica, vitais ao bioma e valiosos contra as mudanças climática por armazenar carbono e recompor nutrientes do solo. As primeiras plantas a habitar o planeta, os musgos, espécie ancestral, abraça agora a comunidade.¹³

Os limites territoriais de um manguezal são definidos pelo preamar, ou até onde chega diariamente às águas da maré sobre o solo e a floresta. Não é possível saber, sem uma

¹² ASSIS, G; ALVES, J. H.; MEDEIROS, M.; NOBRE, A. L. Refugo. In: Atlas do Chão. 2025. Disponível em: <https://www.atlasdochao.org/ponto/refugo/>. Acesso dia 17 de dezembro de 2025.

¹³ WILBERT, F; MONTEIRO, L; NOBRE, A. L. Maré de Musgos. In: Atlas do Chão. 2025. Disponível em: <https://www.atlasdochao.org/ponto/mare-de-musgos/>. Acesso dia 17 de dezembro de 2025.

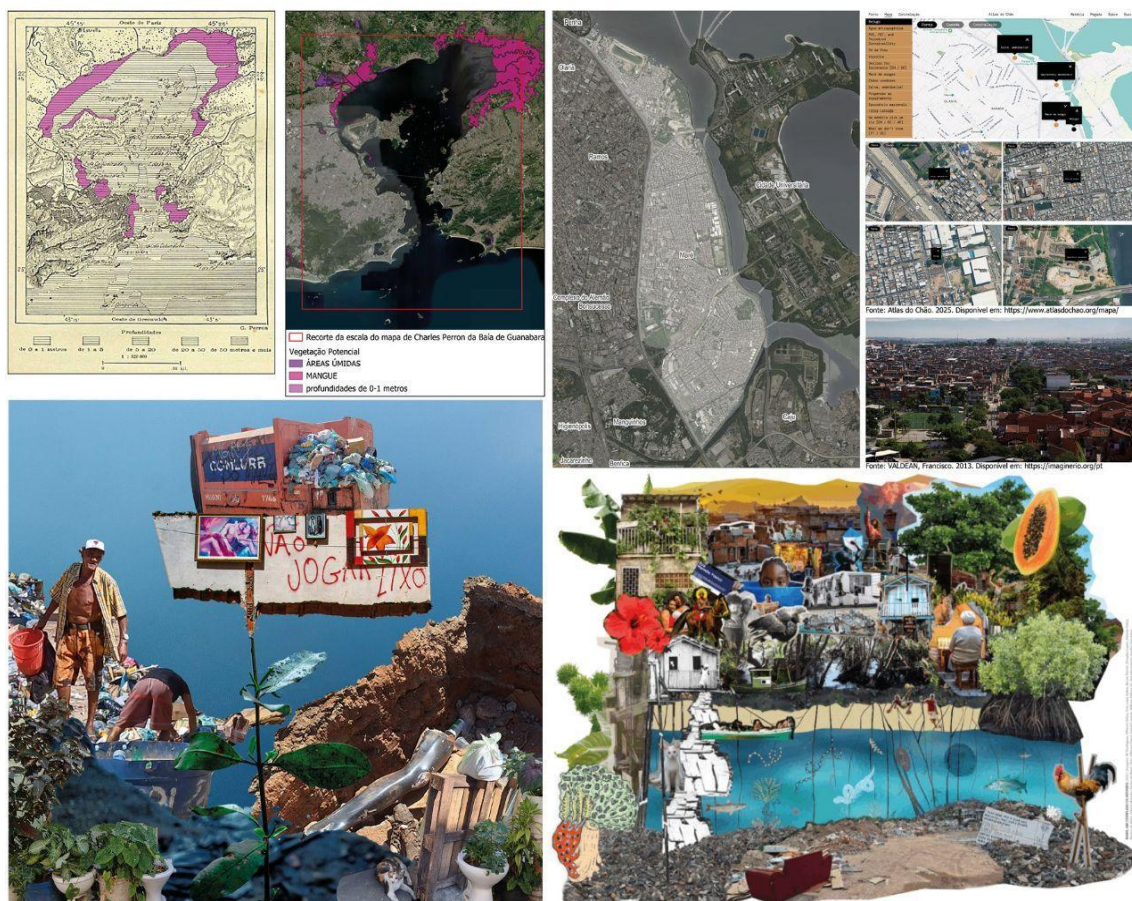


Figura 8: mapas de profundidades, manguezais e da Maré. Localizações das cartografias do Atlas do Chão. Fotomontagens realizadas pelos autores das cartografias do Atlas. Fonte: Atlas do Chão. 2025.



Figura 9: fotografias de Lino Teixeira que integram as cartografias do Atlas do Chão. Fotomontagens de Guilherme Assis e fotos dos anos 80 de Anthony Leeds. Fonte Atlas do Chão. 2025.

investigação arqueológica, a extensão dos antigos manguezais da Maré. Pela cartografia do Atlas, sabe-se que a comunidade cultivava carinhosamente outras espécies de flora e fauna, menos ancestrais que os musgos, embora de culturas e religiões antigas, mas que já não pertencem ao ecossistema de um manguezal. “Boldo, coqueiro, brilhantina, leucena, mamona, íris-da-praia, cróton, aranto, hibisco, bromélia, tamarindeiro, jibóia, mamoeiro, espada de Iansã, espada de São Jorge, mãe de milhares”, a maioria de terra firme. O ponto *Salve, amendoeira!* destaca a *Terminalia catappa* de origem asiática, muito disseminada pela colonização europeia e comum em todo litoral brasileiro, compondo 12,5% do arboreto público do Rio de Janeiro, sendo a espécie de maior presença. Ainda que ela ofereça uma infinidade de atributos positivos, o seu potencial invasor sobrepõe, historicamente, espécies nativas dos mangues e restingas. Por isto, seu plantio está proibido na cidade desde 1994. Na Maré, porém, elas resistem e a cartografia levanta dilemas sobre essa presença.¹⁴

Na Maré vivem, segundo o Atlas, 140 mil pessoas, junto a uma infinidade de outras espécies que coabitam ali, cultivadas ou não, compondo um conjunto de 16 favelas. Numa estimativa trazida no ponto *Sporothrix mareensis*, a média de animais abandonados varia próxima a 15% da sua população, geralmente, em contato direto com fungos. Assim, se no solo de florestas o *Sporothrix* atua na decomposição de matéria orgânica e na germinação de novas vidas, entre os animais e humanos da Maré ele se torna um patógeno - gerador de doença - potencial em regiões de alta densidade populacional, baixa biodiversidade e saneamento precário. Na Maré, portanto, ele atua na forma de uma epidemia preocupante cujo foco de maior infestação é o chão duro e pouco diverso do batalhão da Polícia Militar, o que sugere outras metáforas sobre as batalhas territoriais que também atravessam a história urbana do Rio de Janeiro.¹⁵

Conclusão

Ainda que as cartografias apresentadas na comunicação sejam distintas, muitas vezes, antagônicas, a proposta deste artigo foi apresentar tais sobreposições, em múltiplas escalas e abordagens, como uma forma de pensar as cidades e seus territórios, numa tentativa de compor uma História Urbana Ambiental, em diálogo com o embasamento teórico e prático da sessão *Rastros/Traços: metodologias para estudar o urbano no antropoceno*. Como conclusão, pode-se dizer que a história da urbanização da região metropolitana do Rio de Janeiro se deu, principalmente, contra os seguintes ecossistemas da Floresta Ombrófila Densa - *restingas, florestas pantanosas, manguezais e grandes florestas planas* - que não foram representados por sua natureza como pertencentes ao imaginário da cidade maravilhosa ao longo da história. Ou seja, em contraposição a estes ecossistemas, viajantes, geógrafos e urbanistas ressaltaram as belezas naturais de maciços, praias oceânicas e florestas de encosta, dando a tônica das paisagens mais privilegiadas ao longo da história da preservação ambiental da cidade. Chamar a atenção a comunidade caiçara de Guaratiba, ou a outras cartografias da cidade, como as realizadas pelo *Atlas do Chão*, visa apontar para a possibilidade de outras investigações multiespécies, em sobreposição às cartografias históricas e às imagens de satélites, compondo um panorama dos territórios e ecossistemas privilegiados, injustiçados ou invisibilizados na história ambiental do Rio de Janeiro.

¹⁴ NOBRE, A. L.; ALVES, J. H. *Salve, amendoeira!* In: Atlas do Chão. 2025. Disponível em: <https://www.atlasdochao.org/ponto/salve-amendoeira/>. Acesso dia 18 de dezembro de 2025.

¹⁵ MOTTA, G. A. NOBRE, A. L. *Sporothrix mareensis*. In: Atlas do Chão. 2025. Disponível em: <https://www.atlasdochao.org/ponto/sporothrix-mareensis/>. Acesso dia 18 de dezembro de 2025.

Referências

- AGACHE, A. **Cidade do Rio de Janeiro. Extensão, Remodelação, Embelezamento.** Foyer Brésilien: Paris.1930.
- ASSIS, G; ALVES, J. H.; MEDEIROS, M.; NOBRE, A. L. Refugio. In: **Atlas do Chão.** 2025.
- BARLES, S. Urban Metabolism. in: HAUMANN, S.; KNOLL, M.; MARES, D. (org.). **Concepts of urban-environmental history.** Verlag: Bielefeld, 2020.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos.** Brasiliense: São Paulo, 1967.
- CERASOLI, Josianne F. **Escalas no plural: cruzamentos entre história, política e cidade.** Tese de livre docência. Área de história da arquitetura e urbanismo. DH/IFCH, 2024.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **O planeta: uma categoria humanista emergente.** Zazie Edições: Rio de Janeiro, 2020.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.** Cia da Letras: São Paulo, 1996.
- FERRETI, F. “Eles têm o direito de expulsar-nos”: a Nova Geografia Universal de Élisée Reclus. Espaço e Economia [online~], 3/2013. URL : <http://espacoeconomia.revues.org/513>
- FOSTER, John. B. **The vulnerable planet: a short economic history of the environment.** Monthly Review Press: New York, 1999.
- FOSTER, John. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2005.
- JACQUES, Paola B. Pensar por Montagens. in: PEREIRA, Margareth da S; JACQUES, Paola B. **Nebulosas do pensamento urbanístico.** Tomo I - Modos de Pensar. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 208-231.
- JR MORAES, F. J. de. Dos povos sambaquis às sociedades do mangue: o antropoceno como colonialismo. **Sapiens.** v.3, n.2, jul/dez. 2021, pp.79-93
- KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda Mútua: um fator de evolução.** Ed. A Senhora: São Sebastião, 2009.
- MESQUITA, André L. **Mapas dissidentes. Proposições sobre um mundo em crise (1960-2010).** (tese) FFLCH/USP: São Paulo, 2013.
- MOTTA, G. A. NOBRE, A. L. Sporothrix mareensis. In: **Atlas do Chão.** 2025.
- NOBRE, A. L.; ALVES, J. H. Salve, amendoeira! In: **Atlas do Chão.** 2025.
- OSAYIMWESE, Itohan. **Colonialism and Modern Architecture in Germany.** University of Pittsburgh Press: Pittsburgh, 2017.
- População do Rio de Janeiro. in: **Recenseamento do Brasil.** Vol. II (1ª parte). Rio de Janeiro: Typ da Estatística, 1923.
- PEREIRA, Margareth da S. Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro. in: RIBEIRO, L. C. de Q.; PECHMAN, R. **Cidade, Povo e Nação. Gênese do urbanismo moderno.** 2º ed. Letra Capital/Observatório da Metrópole. Rio de Janeiro, 2015.
- ROYER, Jean. **L’Urbanisme aux Colonies et dans les Pays Tropicaux.** Tomo I. Fortin, Imprimeur, A. Neyers. 1932.

SPERLING, David. Cartografias e geopoéticas: grafias e poéticas de mundos mais que humanos. **Questões Transversais. Revista de Epistemologia da Comunicação**. Vol. 12, nº 23, janeiro-junho/2024. DOI: <https://doi.org/10.4013/qt.2024.1223.07>

WILBERT, F; MONTEIRO, L; NOBRE, A L. Maré de Musgos. In: **Atlas do Chão**. 2025.

ZAAR, Miriam H. **Élisée Reclus: un proto-ecologista?** GEOgraphia, vol. 22, n.49, 2020 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1717-8118>

